

CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI (1930-1940)¹

THE BRAZIL - URUGUAI BORDER LIVE CARACTERIZATION (1930-1940)

Carlos Roberto da Rosa Rangel²
Helga Iracema Landgraf Piccolo³

RESUMO

Uma avaliação das práticas econômicas, políticas e culturais que alteraram o espaço fronteiro Brasil-Uruguai, em função da centralização política e administrativa, promovidas pelos governos uruguaio e brasileiro, demonstrou que o combate ao contrabando intensificou-se; a complementaridade econômica das cidades geminadas passou a girar em torno da indústria e turismo; a violência política e as conspirações revolucionárias arrefeceram e a crença no progresso contínuo substituiu o estigma de região atrasada e violenta.

Palavras-chave: região, fronteira, contrabando.

ABSTRACT

An evaluation of the economical, political and cultural practices which altered the frontier between Brazil – Uruguay because of administrative and political centralization promoted by their governments was demonstrated that the fight against smuggling was intensified; the economy of both sides revolved around the industry and tourism; the political violence and revolutionary conspiracy diminished. Also, the feeling of a violent and underdeveloped region was replaced by the belief in continuous progress.

Key words: region, frontier, smuggling.

INTRODUÇÃO

Quando se destaca o espaço fronteiro Brasil-Uruguai, especialmente a conurbação Santana do Livramento e Rivera, considera-se a extrema proximidade dessas duas cidades e a história de mútua convivência que cons-

¹ Monografia.

² Curso de Especialização em História do Espaço Fronteiro Platino - UNIFRA.

³ Orientador.

truíram. Em nenhum outro lugar, ao longo da fronteira Brasil/Uruguai, os condicionantes de um espaço fronteiriço são tão intensos, e isso nos permite uma observação mais aguçada sobre as condições e as contradições que caracterizam uma identidade própria daqueles que vivem nas “franjas” do território nacional.

Tal dicotomia entre o nacional e o local remete para o caráter excludente das políticas governamentais de nível federal e estadual, dando origem aos afastamentos das populações fronteiriças que, no seu cotidiano, experimentam diversas formas de integração cultural, econômica e social.

A maneira singular das populações fronteiriças conviverem com as diferenças nacionais, tornando-as formas de sobrevivência, exige um estudo mais aprofundado e ganha especial relevância nesse momento em que o movimento internacional de integração de mercados escamoteia as diferenças regionais. Quando as palavras de ordem são “mundo global”, “globalização” e “morte ao Estado nacional”, surge a necessidade de aprofundar a discussão, lembrando do movimento pendular que tem caracterizado o convívio entre as comunidades nacionais platinas, os afastamentos e aproximações que se vêm construindo ao longo de um processo histórico, processo este que é a própria lógica interna que dá sentido ao espaço fronteiriço.

ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL

Deve-se considerar que a região de fronteira Brasil-Uruguai é resultado de um processo histórico singular, que dá aos seus habitantes um passado rico em experiências identitárias: desde o fim do século passado, a região de fronteira Brasil-Uruguai foi o ambiente onde proliferaram as manifestações das oposições sul-rio-grandense e uruguaia. Pela linha divisória, passaram homens, cavalos, armas e munições, quer nos ataques dos federalistas ao governo de Júlio de Castilhos (1893-1895), quer dos blancos contra o governo colorado de José Batlle y Ordoñez, entre os anos 1903 e 1904 (RECKZIEGEL, 1999). O vaivém na linha divisória, os constantes conflitos armados, a relativa autonomia em relação ao governo nacional, a atividade econômica em torno da pecuária, a responsabilidade pela conquista e manutenção do território assim como o forte vínculo de lealdade pessoal das classes subalternas para com a classe senhorial reforçaram o caráter militar dessa comunidade e serviram para a conformação de uma sociedade patriarcal, latifundiária, pastoril e com forte acento caudilhista.

Na dimensão econômica, destaca-se a sensibilidade diante das políticas monetárias e tributárias nacionais, uma vez que “a fronteira vive dessa diferença de nacionalidade e, dela, das diferenças de normas e moedas”

(SCHÄFFER, 1993, p. 86). Como o avesso dessa característica segue-se outra: a relativa autonomia dos indivíduos diante das normas econômicas nacionais. Trata-se da prática do contrabando que se torna tão intensa quanto mais graves se convertem as diferenças monetárias e fiscais entre os países limítrofes. Desta forma, “comércio e contrabando são, pois, as faces de uma mesma atividade, a troca de bens e mercadorias, que atendem às necessidades da região” (SOUZA, 1996, p. 126).

Ainda correlata as duas características anteriores, destaca-se a constante busca de complementaridade comercial existente entre as cidades geminadas. Essas conurbações, especialmente Santana do Livramento e Rivera, são pontos de soldagem entre os dois países e, mesmo que as cidades tenham vidas administrativas autônomas, são perfeitamente complementares em nível econômico. (SOUZA, 1994, p. 83)

Não se pode desprezar, na caracterização econômica da fronteira Brasil-Uruguai, o predomínio da atividade pastoril, ligada à pecuária. Rogério Costa chega a considerar o latifúndio e a atividade da pecuária existentes na Campanha – e dentro dela a região que estamos definindo - como elementos decisivos na formação da identidade regional sul-rio-grandense. (COSTA, 1988)

Os fatores de distinção econômica da região de fronteira Brasil-Uruguai, apontados anteriormente, ainda hoje se prestam para se compreender a especificidade do objeto desta investigação. Entretanto, o mesmo não pode ser dito sobre os fatores políticos, que se alteram sensivelmente, de acordo com as mudanças conjunturais.

Tomando por referência o contexto das décadas de 1920 e 1930, é possível isolar algumas características políticas capazes de balizar as transformações ocorridas naquela região, em virtude das medidas centralizadoras promovidas pelo governo federal brasileiro. Como primeiro aspecto aponta-se a forte atividade conspiratória promovida por exilados políticos contra os governos que os expulsaram de seus países. A presença de elementos subversivos (que ameaçavam os governos nacionais) na fronteira Brasil-Uruguai era realidade amplamente conhecida nas revoltas dos anos 1920, quando ali se instalaram federalistas e tenentes como forma de estarem ao abrigo da ação institucional do Estado, sem se afastarem demasiadamente do Brasil. João Luso relata um episódio revelador dessa permeabilidade existente entre as cidades de Rivera e Livramento, quando os revolucionários de 1924 iam até a linha divisória para cumprimentarem parentes e amigos; sob o olhar complacente de policiais e transeuntes (FORTUNATO, 1943, p. 11).

Com a Revolta Constitucionalista de 1932, a maior parte da elite política sul-rio-grandense unida em frente única (FUG) e alguns integrantes

dos partidos Republicano e Democrático paulista instalaram-se nas cidades fronteiriças de Rivera e Passo de Los Libres, ou nas capitais do Uruguai e da Argentina. Algum tempo depois, com o golpe de estado promovido por Gabriel Terra (março de 1933), o Rio Grande do Sul tornou-se o abrigo para elementos do extinto Comitê Nacional de Administração e demais opositores uruguaios.

Não eram apenas os exilados os focos de resistência ao situacionismo regional e nacional. A região de fronteira caracterizou-se por sua ambivalência, ao reunir a mais expressiva oposição partidária, nos partidos Federalista e Libertador, ao mesmo tempo que detinha verdadeiros redutos situacionistas estabelecidos em importantes cidades como Livramento, Uruguaiana e São Borja. Essa ambivalência, associada a presença dos exilados políticos, criava um ambiente potencialmente explosivo e disso advinha uma importante característica social/cultural, ou seja, a freqüente estigmatização daquela região como um lugar violento e afastado das normas básicas de convivência democrática.

Benjamin Cabello, importante líder político da FUG, exilado em Rivera após o fracasso de 1932, descreveu o ambiente onde esteve residindo por quase dois anos como um lugar licencioso e violento, argumentando que Livramento fornecia gêneros de primeira necessidade e Rivera artigos importados, o que criava tanto um intercâmbio e uma complementaridade econômica, como favorecia a migração de toda a sorte de pessoas atraídas pelas facilidades comerciais, pela jogatina, pela prostituição encontrada nos famosos cabarés e pelos recrutamentos de mercenários para os levantes revolucionários e para o contrabando (CABELLO, 1938, p. 3).

Desta maneira, as atividades do contrabando, os freqüentes confrontos armados entre diferentes facções políticas/partidárias, a presença de exilados políticos e suas atividades conspiratórias, assim como a atuação violenta de chefes políticos locais que associavam a sua relativa autonomia aos interesses partidários e estaduais preponderantes (FELIX, 1987), constituíam um conjunto articulado de características que serviam para nominar a região de fronteira como o lugar da barbárie, impermeável à racionalidade normativa e administrativa do Estado.

Percebe-se, do que foi exposto até o momento, que os fatores de ordem econômica, política e social articulavam-se atribuindo uma fisionomia particular para a região de fronteira. Durante a década de 1930, essa diferenciação tornou-se mais aguda devido aos conflitos políticos ali estabelecidos e a maneira particular de seus habitantes adaptarem-se às diferentes legislações e políticas nacionais, justamente no momento em que ocorria o aprofundamento do intervencionismo estatal, evidenciado por meio da

“burocratização, racionalização e centralização da tomada de decisões, tendo como pólo impulsionador o governo federal”.(FONSECA, 1989, p. 189)

Para além das implicações concretas dessa frágil ligação das dimensões nacional e local - prejuízo nas inversões fiscais, falta de investimentos, carência de benfeitorias públicas e pouca participação nas decisões dos centros de poder - as populações periféricas, naturalmente, sentiam-se estigmatizadas pelo esquecimento e pelo alijamento nos projetos de desenvolvimento nacional. A esse sentimento de frustração diante da estigmatização, somava-se a reivindicação do estigma como uma forma de afirmação de uma identidade local/regional (BOURDIEU, 1989), possibilitando que tal situação de solidariedade e identificação coletiva fosse utilizada habilmente pelas elites locais para criarem a necessária coesão das pessoas em torno de suas lideranças¹.

Santana do Livramento e Rivera estiveram inseridas nesse contexto, com o agravante da proximidade internacional. Os governos centrais do Brasil e do Uruguai tinham somados aos problemas da autonomia e rebeldia regionalista, os problemas geopolíticos de suas fronteiras territoriais estabelecidas arduamente pelo conflito e pela conquista, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Não se tratava apenas de observar atentamente Blancos ou Gaúchos², mas consagrar a unidade do território nacional.

As relações entre as cidades fronteiriças Santana do Livramento e Rivera, com os poderes centrais de âmbito nacional, caracterizaram-se, historicamente, por uma dualidade de propósitos. De um lado, subordinavam-se diante da incontestável dependência. Por outro, favoreciam a transgressão política por meio da possibilidade de suas populações, a qualquer momento, passarem “para o outro lado” .

Daí já se percebe o quanto é difícil determinar os critérios para definir a nacionalidade destas populações. Seria mais plausível afirmar que, antes de brasileiro ou uruguaio, o habitante da fronteira Brasil-Uruguai sentiu-se gaúcho, blanco, maragato, ou simplesmente, fronteiro.

¹ BOURDIEU (1989, p. 124-125)), no seu ensaio “Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região” destaca que o esforço para identificar pessoas como pertencentes a uma região ou a um país, revela casos particulares de lutas simbólicas em função da prerrogativa de nominar espaços e populações, atribuindo-lhes identidades. Aos dominados haveria a alternativa de subverter a luta simbólica a seu favor por meio da reapropriação coletiva do poder de construir e definir a sua própria identidade, no momento em que aceitam ser negados ou negarem-se para serem reconhecidos como diferentes. A revolta contra o estigma daria lugar a reivindicação e a afirmação do estigma que, por si mesmo, daria “a revolta regionalista não só as suas determinantes simbólicas, mas também seus fundamentos econômicos e sociais, princípios da unificação do grupo e pontos de apoio objetivos da ação de mobilização.”

² Os Blancos na Região Norte do Uruguai e os Gaúchos da Campanha do Rio Grande do Sul, opunham-se, freqüentemente, aos governos centrais dos seus países. Uma importante contribuição teórica sobre esta rebeldia dos gaúchos da Campanha, em relação ao governo central do Brasil, é dada por COSTA (1988, p. 35-42), quando nos fala da consolidação do poder político e do espaço regional gaúcho na primeira metade do Séc. XIX.

Neste sentido, OLIVEN (1992, p. 31-45) destaca a afirmação de uma identidade regional gaúcha no Rio Grande do Sul como o resultado da tensão entre a autonomia e a integração, uma vez que a ênfase nas peculiaridades do estado e a simultânea afirmação de pertencimento dele ao Brasil se constitui num dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha, que é constantemente atualizada, reposta e evocada.

Quanto aos blancos (Uruguai) e Maragatos (Brasil), mais do que facções partidárias, eram verdadeiros emblemas que, no primeiro caso, opunha os Doutores de Montevideú e seu liberalismo aos grandes proprietários do interior, revelando um discurso preconceituoso do cidadão que julgava-se civilizado, progressista e culto em oposição à suposta barbárie, estagnação e conservadorismo do interior (RECKZIEGEL, 1999, 203-220). No Rio Grande do Sul, os federalistas - maragatos - construíram uma verdadeira comunidade identificada pelos lenços vermelhos, como uma forma de se oporem ao intervencionismo e ao dirigismo de cunho positivista patrocinado pelo Partido Republicano Rio-Grandense.

Com as alterações conduzidas pelo governo de Getúlio Vargas, à frente do Estado Novo, a fronteira Brasil Uruguai sofreu profundas alterações na sua relação com os governos estadual e federal, assim como nas práticas comerciais entre as cidades geminadas. O contrabando foi severamente combatido³ por meio de uma legislação mais rigorosa e da reestruturação do serviço aduaneiro e fiscal, conforme observa-se no Decreto Lei n.º 173, de 5 de janeiro de 1938, que abriu um crédito especial de 111:500\$000 para atender às despesas com pessoal e material, visando à repressão ao contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul (DIAS, 1938, p. 70). Este recurso foi administrado pelo Sr. Eduino Vaz Ferreira, nomeado superintendente da repressão ao contrabando no estado, que passou a contar com o apoio da 3ª Divisão de Cavalaria.

Na dimensão política, os exilados políticos e suas atividades “subversivas” praticamente deixaram de existir até as décadas de 1960 e 1970, quando os governos brasileiro e uruguaio sufocaram movimentos de esquerda; a elite local, sustentada e mantida em torno do clã Flores da Cunha, teve a sua autonomia drasticamente reduzida com a queda do governo florista em 1937 e a sistemática perseguição aos seus aliados mais fiéis; Santana do Livra-

³ VASCONCELOS (1929, p. 612-645) destaca os vários decretos com que o governo brasileiro tentou restringir o contrabando entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, desde a implantação da República. Entre eles aponta-se o de n.º 2.459, de 12 de fevereiro de 1897 (passa para a esfera federal a repressão ao contrabando), extinto pelo acordo entre os governos do Rio Grande do Sul e Federal, em 2 de junho de 1899. O Decreto n.º 7.865, de 17 de fevereiro de 1910 (a repressão ao contrabando retorna ao poder federal, com novas mesas de renda e novos postos fiscais). O Decreto n.º 8.547, de 1º de fevereiro de 1911 (adota o sistema de guias de exportação em 4 vias). O Decreto 12.328, de 27 de dezembro de 1916 (regula o serviço de repressão ao contrabando). O Decreto Legislativo n.º 5.574, de 14 de fevereiro de 1928 (desnacionaliza o charque brasileiro).

mento e Rivera tiveram suas economias alteradas devido aos investimentos oriundos dos governos centrais e às novas políticas econômicas implantadas em nível nacional: Rivera tornou-se um importante pólo turístico do interior uruguaio (PINTOS, 1990) e Livramento no terceiro pólo industrial do Rio Grande do Sul. (SCHÄFFER, 1993).

CONCLUSÃO

Por mais significativas que tenham sido as alterações ocorridas nas práticas políticas e econômicas nas comunidades de fronteira Brasil-Uruguaio, devemos reconhecer que os elementos essenciais de diferenciação permaneceram os mesmos: o território nacional é um elemento persistente, mesmo diante dos esforços de integração regional no Cone Sul; as políticas nacionais de câmbio e de arrecadação fiscal não sucumbiram diante do discurso da "aldeia global"; a sobrevivência local dessas cidades geminadas força a ousadia e a transgressão dos limites políticos, assim como estabelece as condições necessárias para uma integração marginal – flexível diante do império da norma estatal – tornando frágil a linha divisória, da mesma forma como são frágeis as demais linhas com que se tenta amarrar o movimento intempestivo das necessidades humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. 1989. **O poder simbólico**. Lisboa : Difel / Rio de Janeiro : Bertrand Brasil.
- CABELLO, Benjamin. 1938. Porque morreu Waldemar Ripoll. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 mar.
- DIAS, J.C. (Org.) 1938. **Colectânea de Decretos Leis** – Legislação do Estado Novo. 2ª ed. São Paulo: Cultura Moderna.
- COSTA, Rogério H. 1988. **RS: Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- FÉLIX, Loiva O . 1987. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre : Mercado Aberto.
- FONSECA, Pedro C. D. 1989. **Vargas e o capitalismo em construção** (1906-1954). São Paulo: Brasiliense.
- LUSO, João. 1943. Terras do Brasil. In FORTUNATO, Pimentel. **Aspectos gerais de Livramento**. Porto Alegre: Livraria Continente.

OLIVEN, R. G. 1992. **A parte e o todo**. Petrópolis: Vozes.

PINTOS, Anibal Barrios. 1990. **Rivera: una historia diferente**. Montevideu: Ministerio de Educación y Cultura. Tomo II.

RECKZIEGEL, Ana Luiza S. 1999. **A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)**. Passo Fundo : UPF Editora.

SCHÄFFER, Neiva Otero. 1993. **Urbanização na fronteira: a expansão de Santana do Livramento**. Porto Alegre : Editora da UFRGS.

SOUZA, Susana B. de. 1994. A fronteira do Sul: trocas e núcleos urbanos – uma aproximação histórica In: LEHNEN, A. C. et al (Org.) **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Prefeitura Municipal de Uruguaiana.

SOUZA, Susana B. de. 1996. Os caminhos e os homens do contrabando. In: CASTELLO, Iara Regina et al. (Org.) **Práticas de Integração nas fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre : Editora da Universidade/UFRGS.

VASCONCELOS, Henrique Pinheiro. 1929. **Uruguay-Brasil: comércio e navegação (1851-1927)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. v. 1.